

**Crefito5****CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA  
E TERAPIA OCUPACIONAL DA 5ª REGIÃO****ANALISTA JURÍDICO****TIPO 1 – BRANCA****MATERIAIS**

- Este caderno de provas é composto por cinquenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
  - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
  - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

**PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA**

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

**TÉRMINO DA PROVA**

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



**EMPREGO: ANALISTA JURÍDICO****CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA****A carteira**

... De repente, Honório olhou para o chão e viu uma carteira. Abaixar-se, apanhá-la e guardá-la foi obra de alguns instantes. Ninguém o viu, salvo um homem que estava à porta de uma loja, e que, sem o conhecer, lhe disse rindo:

- Olhe, se não dá por ela; perdia-a de uma vez.
- É verdade – concordou Honório envergonhado.

Para avaliar a oportunidade desta carteira, é preciso saber que Honório tem de pagar amanhã uma dívida, quatrocentos e tantos mil-réis, e a carteira trazia o bojo recheado. A dívida não parece grande para um homem da posição de Honório, que advoga; mas todas as quantias são grandes ou pequenas, segundo as circunstâncias, e as dele não podiam ser piores. Gastos de família excessivos, a princípio por servir a parentes, e depois por agradar à mulher, que vivia aborrecida da solidão; baile daqui, jantar dali, chapéus, leques, tanta coisa mais, que não havia remédio senão ir descontando o futuro. Endividou-se. Começou pelas contas de lojas e armazéns; passou aos empréstimos, duzentos a um, trezentos a outro, quinhentos a outro, e tudo a crescer, e os bailes a darem-se, e os jantares a comerem-se, um turbilhão perpétuo, uma voragem.

- Tu agora vais bem, não? – dizia-lhe ultimamente o Gustavo C..., advogado e familiar da casa.
- Agora vou – mentiu o Honório.

A verdade é que ia mal. Poucas causas, de pequena monta, e constituintes remissos; por desgraça perdera ultimamente um processo, em que fundara grandes esperanças. Não só recebeu pouco, mas até parece que ele lhe tirou alguma coisa à reputação jurídica; em todo caso, andavam mofinas nos jornais.

Dona Amélia não sabia nada; ele não contava nada à mulher, bons ou maus negócios. Não contava nada a ninguém. Fingia-se tão alegre como se nadasse em um mar de prosperidades. Quando o Gustavo, que ia todas as noites à casa dele, dizia uma ou duas pilhérias, ele respondia com três e quatro; e depois ia ouvir os trechos de música alemã, que D. Amélia tocava muito bem ao piano, e que o Gustavo escutava com indizível prazer, ou jogavam cartas, ou simplesmente falavam de política.

Um dia, a mulher foi achá-lo dando muitos beijos à filha, criança de quatro anos, e viu-lhe os olhos molhados; ficou espantada, e perguntou-lhe o que era.

- Nada, nada.

Compreende-se que era o medo do futuro e o horror da miséria. Mas as esperanças voltavam com facilidade. A ideia de que os dias melhores tinham de vir dava-lhe conforto para a luta. Estava com trinta e quatro anos; era o princípio da carreira; todos os princípios são difíceis. E toca a trabalhar, a esperar, a gastar, a pedir fiado ou emprestado, para pagar mal, e a más horas.

A dívida urgente de hoje são uns malditos quatrocentos e tantos mil-réis de carros. Nunca demorou tanto a conta, nem ela cresceu tanto, como agora; a rigor, o credor não lhe punha a faca aos peitos; mas disse-lhe hoje uma palavra azeda, com um gesto mau, e Honório quer pagar-lhe hoje mesmo. Eram cinco horas da tarde. Tinha-se lembrado de ir a um agiota, mas voltou sem ousar pedir nada. Ao enfiar pela rua da Assembleia é que viu a carteira no chão, apanhou-a, meteu no bolso, e foi andando. Durante os primeiros minutos, Honório não pensou nada; foi andando, andando, andando, até ao largo da Carioca. No largo parou alguns instantes, enfiou depois pela rua da Carioca, mas voltou logo, e entrou na rua Uruguaiana. Sem saber como, achou-se daí a pouco no largo de São Francisco de Paula; e ainda, sem saber como, entrou em um café. Pediu alguma coisa e encostou-se à parede, olhando para fora. Tinha medo de abrir a carteira; podia não achar nada, apenas papéis e sem valor para ele. Ao mesmo tempo, e esta era a causa principal das reflexões, a consciência perguntava-lhe se podia utilizar-se do dinheiro que achara. Não lhe perguntava com o ar de quem não sabe, mas antes com uma expressão irônica e de censura. Podia lançar mão do dinheiro, e ir pagar com ele a dívida? Eis o ponto. A consciência acabou por lhe dizer que não podia, que devia levar a carteira à polícia, ou anunciá-la; mas tão depressa acabava de lhe dizer isto, vinham os apuros da ocasião, e puxavam por ele, e convidavam-no a ir pagar a cocheira. Chegavam mesmo a dizer-lhe que, se fosse ele que a tivesse perdido, ninguém iria entregar-lha; insinuação que lhe deu ânimo.

Tudo isso antes de abrir a carteira. Tirou-a do bolso, finalmente, mas com medo, quase às escondidas; abriu-a, e ficou trêmulo. Tinha dinheiro, muito dinheiro; não contou, mas viu duas notas de duzentos mil-réis, algumas de cinquenta e vinte; calculou uns setecentos mil-réis ou mais; quando menos, seiscentos. Era a dívida paga; eram menos algumas despesas urgentes. Honório teve tentações de fechar os olhos, correr à cocheira, pagar, e, depois de paga a dívida, adeus; reconciliar-se-ia consigo. Fechou a carteira, e, com medo de a perder, tornou a guardá-la.

Mas daí a pouco tirou-a outra vez, e abriu-a, com vontade de contar o dinheiro. Contar para quê? Era dele? Afinal venceu-se e contou: eram setecentos e trinta mil-réis. Honório teve um calafrio. Ninguém viu, ninguém soube; podia ser um lance da fortuna, a sua boa sorte, um anjo... Honório teve pena de não crer nos anjos... Mas por que não havia de crer neles? E voltava ao dinheiro, olhava, passava-o pelas mãos; depois, resolvia o contrário, não usar do achado, restituí-lo. Restituí-lo a quem? Tratou de ver se havia na carteira algum sinal.

“Se houver um nome, uma indicação qualquer, não posso utilizar-me do dinheiro”, pensou ele.

Esquadrinhou os bolsos da carteira. Achou cartas, que não abriu, bilhetinhos dobrados, que não leu, e por fim um cartão de visita; leu o nome; era do Gustavo. Mas então, a carteira?... Examinou-a por fora, e pareceu-lhe efetivamente do amigo. Voltou ao interior; achou mais dous cartões, mais três, mais cinco. Não havia duvidar; era dele.

A descoberta entristeceu-o. Não podia ficar com o dinheiro, sem praticar um ato ilícito, e, naquele caso, doloroso ao seu coração porque era em dano de um amigo. Todo o castelo levantado esboroou-se como se fosse de cartas. Bebeu a última gota de café, sem reparar que estava frio. Saiu, e só então reparou que era quase noite. Caminhou para casa. Parece que a necessidade ainda lhe deu uns dous empurrões, mas ele resistiu.

“Paciência”, disse ele consigo; “verei amanhã o que posso fazer”.

Chegando a casa, já ali achou o Gustavo, um pouco preocupado, e a própria D. Amélia o parecia também. Entrou rindo, e perguntou ao amigo se lhe faltava alguma coisa.

– Nada.

– Nada?

– Por quê?

– Mete a mão no bolso; não te falta nada?

– Falta-me a carteira – disse o Gustavo sem meter a mão no bolso –. Sabes se alguém a achou?

– Achei-a eu – disse Honório entregando-lha.

Gustavo pegou dela precipitadamente, e olhou desconfiado para o amigo. Esse olhar foi para Honório como um golpe de estilete; depois de tanta luta com a necessidade, era um triste prêmio. Sorriu amargamente; e, como o outro lhe perguntasse onde a achara, deu-lhe as explicações precisas.

– Mas conheceste-a?

– Não; achei os teus bilhetes de visita.

Honório deu duas voltas, e foi mudar de *toilette* para o jantar. Então Gustavo sacou novamente a carteira, abriu-a, foi a um dos bolsos, tirou um dos bilhetinhos, que o outro não quis abrir nem ler, e estendeu-o a D. Amélia, que, ansiosa e trêmula, rasgou-o em trinta mil pedaços: era um bilhetinho de amor.

(ASSIS, J. M. M. *Várias Histórias*. Rio de Janeiro: Garnier, 1896. Disponível em: <https://machadodeassis.net/texto/a-carteira/>. Acesso em: fevereiro de 2026.)

### Questão 01

No desfecho do conto, a reação de Gustavo ao receber a carteira e o ato subsequente de Dona Amélia ao rasgar o bilhete revelam uma ironia estrutural na narrativa. Sobre esse encerramento, assinale a afirmativa correta.

- A) A honestidade de Honório é recompensada com a gratidão de Gustavo, o que resolve o conflito moral estabelecido desde o achado do objeto.
- B) O retorno da carteira promove uma reconciliação plena entre os personagens, uma vez que o valor monetário devolvido supera a importância subjetiva dos papéis nela contidos.
- C) A destruição do bilhete por Dona Amélia sugere que o verdadeiro prejuízo de Gustavo com a perda da carteira não era financeiro, mas o risco de exposição de sua conduta privada.
- D) O “golpe de estilete” sentido por Honório ao ser olhado com desconfiança simboliza a amargura de descobrir que sua integridade foi insuficiente para preservar sua honra familiar.

### Questão 02

No trecho “[...] se podia utilizar-se do dinheiro que achara” (12º§), a transposição do termo em destaque para a voz passiva analítica, mantendo a estrita correspondência morfológica, resulta em:

- A) [...] que se achara.
- B) [...] que foi achado.
- C) [...] que fora achado.
- D) [...] que tinha sido achado.

**Questão 03**

A economia narrativa de Machado de Assis articula o conflito ético do protagonista por meio de uma dialética entre a consciência moral e a premência das necessidades materiais. A partir da análise dos processos reflexivos de Honório diante do achado, depreende-se que:

- A) A consciência de Honório é apresentada como um baluarte de valores inamovíveis, o que impede que os “apuros da ocasião” exerçam influência real sobre o seu processo decisório.
- B) A decisão de restituir o objeto configura-se como o ápice de um processo de ascensão ética, no qual o personagem reconhece que a “fortuna” é um conceito incompatível com a sua reputação jurídica.
- C) A hesitação de Honório em abrir a carteira reflete uma crença inabalável no providencialismo, sendo a descoberta do nome de Gustavo interpretada por ele como uma validação divina de sua honestidade.
- D) O dilema moral do personagem transmuta-se de uma ponderação sobre a legalidade abstrata para um imperativo de ordem afetiva, evidenciando que a sua integridade está vinculada à particularização da vítima.

**Questão 04**

No conto “A carteira”, a organização das informações obedece a uma hierarquia que permite distinguir o núcleo temático dos elementos de suporte narrativo. Sobre essa hierarquia, assinale a afirmativa correta.

- A) O conflito central reside na exploração do dilema moral do protagonista; detalhes como a localização geográfica e o valor contido na carteira funcionam como informações secundárias.
- B) A narração do achado físico da carteira constitui o núcleo principal do trecho inicial, sendo a detalhada explanação sobre as dívidas e os gastos familiares de Honório uma digressão secundária.
- C) O núcleo central do texto é a descrição da situação financeira de Honório, sendo a descoberta final sobre o bilhete de Gustavo uma informação acessória que serve para encerrar a narrativa.
- D) A tese principal defendida pelo narrador é que a honestidade prevalece sobre a necessidade, sendo os diálogos internos de Honório informações de menor importância para a compreensão do desfecho.

**Questão 05**

Sobre as estruturas linguísticas presentes no texto “A carteira”, analise as afirmativas a seguir.

- I. No segmento “[...] trechos de música alemã, que D. Amélia tocava muito bem ao piano, e que o Gustavo escutava com indizível prazer, [...]” (8º§), o segundo pronome relativo destacado retoma sintaticamente o substantivo “piano”, termo imediatamente anterior, visando evitar a sua repetição.
- II. No período “A dívida não parece grande para um homem da posição de Honório, que advoga; mas todas as quantias são grandes ou pequenas, [...]” (4º§), o ponto e vírgula é empregado para separar orações coordenadas, conferindo uma pausa que enfatiza a relação de oposição introduzida pela conjunção adversativa.
- III. Na construção “Fingia-se tão alegre como se nadasse em um mar de prosperidades.” (8º§), a locução destacada estabelece uma relação lógico-discursiva de conformidade, indicando que o comportamento de Honório estava em harmonia com sua real situação financeira.
- IV. No trecho “[...] a consciência perguntava-lhe se podia utilizar-se do dinheiro que achara.” (12º§), o vocábulo destacado classifica-se como uma conjunção integrante, introduzindo uma oração subordinada substantiva que exerce a função de objeto direto.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

**Questão 06**

No 7º§, ao descrever a crise financeira de Honório, o narrador utiliza o seguinte vocabulário: “Poucas causas, de pequena monta, e constituintes remissos; por desgraça perdera ultimamente um processo, [...]”. Considerando o contexto, o termo “remissos” indica que os clientes de Honório eram:

- A) Morosos.
- B) Indulgentes.
- C) Inexistentes.
- D) Escrupulosos.

**Questão 07**

Considere o emprego do acento grave e as relações de regência nas seguintes passagens do texto:

- I. No trecho “[...] *por agradar à mulher* [...]” (4º§), o uso da crase é obrigatório, uma vez que o verbo “*agradar*”, no sentido de ser aprazível, rege a preposição “*a*”, que se funde ao artigo definido feminino exigido pelo substantivo “*mulher*”.
- II. Na frase “[...] *que o Gustavo escutava com indizível prazer* [...]” (8º§), caso o substantivo “*prazer*” fosse substituído por “*satisfação*”, a redação correta, mantendo-se a preposição exigida pelo contexto, seria “*com indizível à satisfação*”.
- III. Em “[...] *ia todas as noites à casa dele*, [...]” (8º§), a ocorrência da crase é facultativa, visto que a palavra “*casa*”, independentemente de estar especificada ou determinada, não admite obrigatoriamente a anteposição do artigo definido feminino.
- IV. No segmento “[...] *encostou-se à parede* [...]” (12º§), o acento grave marca a junção da preposição “*a*” (exigida pela regência do verbo “*encostar*”) com o artigo definido; se o termo “*parede*” fosse substituído por “*muro*”, a forma resultante seria “*ao muro*”.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

**Questão 08**

No decorrer do texto, o autor se vale do uso de diferentes posições de pronomes oblíquos átonos por distintas razões. Diante disso, assinale a alternativa que justifica corretamente a posição do pronome destacado em relação ao verbo no trecho, considerando a norma-padrão do português.

- A) Em “[...] *não lhe punha a faca aos peitos*; [...]” (12º§), a colocação do pronome “*lhe*” é facultativa devido à distância entre o advérbio de negação e o verbo.
- B) No segmento “[...] *que lhe deu ânimo*.” (12º§), a próclise do pronome destacado é exigida pela presença do pronome relativo “*que*”, que atua como fator de atração obrigatória.
- C) Na construção “*Abaixar-se, apanhá-la e guardá-la* [...]” (1º§), a posição do pronome “*se*” é facultativa, podendo o autor optar pela próclise por se tratar de um verbo no infinitivo.
- D) Em “[...] *ninguém iria entregar-lha*; [...]” (12º§), a ênclise é obrigatória por se tratar de uma locução verbal com verbo no infinitivo, mesmo com a presença do pronome indefinido “*ninguém*”.

**Questão 09**

No trecho “*Todo o castelo levantado esboroou-se como se fosse de cartas*.” (17º §), o autor utiliza um recurso expressivo para intensificar a percepção do leitor sobre a frustração de Honório. Sobre a construção dessa imagem, é correto afirmar que ocorre uma:

- A) Hipérbole.
- B) Metonímia.
- C) Prosopopeia.
- D) Comparação.

**Questão 10**

Análise a acentuação gráfica das palavras extraídas do texto e marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) Os vocábulos “*música*”, “*política*” e “*irônica*” seguem a regra geral das proparoxítonas.
- ( ) As palavras “*Honório*”, “*Amélia*” e “*família*” são acentuadas pela mesma razão gramatical.
- ( ) Em “*apanhá-la*” e “*guardá-la*”, o acento justifica-se por serem palavras proparoxítonas terminadas em “*-a*”.
- ( ) O termo “*difícil*” recebe acento gráfico por ser uma oxítona terminada em “*-l*”, assim como “*fácil*” e “*móvel*”.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, F.
- B) V, F, F, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, V, V, V.

**RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO****Questão 11**

Durante uma ação itinerante do Crefito, registrou-se o número de denúncias analisadas por plantão jurídico ao longo de determinado período. Ao todo, foram considerados 40 plantões realizados em diferentes municípios. A distribuição do número de denúncias analisadas por plantão está apresentada na tabela a seguir:

Nº de denúncias analisadas	1	2	3	4	5	6
Quantidade de plantões	5	7	8	10	6	4

Com base nesses dados, qual é a mediana do número de denúncias analisadas por plantão?

- A) 3.
- B) 3,5.
- C) 4.
- D) 4,5.

**Questão 12**

Um fisioterapeuta possui registro no Crefito e organiza sua carga horária semanal da seguinte forma:

- 70% do tempo é dedicado aos atendimentos clínicos; e
- 30% do tempo é destinado a atividades administrativas vinculadas ao Conselho.

Durante os atendimentos clínicos, 5% das horas correspondem ao preenchimento de relatórios técnicos exigidos pelo Conselho. Já nas atividades administrativas, 4% das horas correspondem a funções de coordenação interna. Considerando a carga horária total do fisioterapeuta por semana, a porcentagem total destinada a atividades de coordenação interna e preenchimento de relatórios é:

- A) 3,9%.
- B) 4,2%.
- C) 4,5%.
- D) 4,7%.

**Questão 13**

Sabe-se que no setor de fiscalização do Crefito há 7 fiscais em exercício – 2 deles atuam na área administrativa e os demais atuam exclusivamente em atividades externas. Será formada, aleatoriamente, uma comissão com 4 fiscais para participar de uma operação especial de vistoria. Qual é a probabilidade de que a comissão escolhida seja composta apenas por fiscais que atuam exclusivamente em atividades externas?

- A) 1/7.
- B) 2/7.
- C) 3/7.
- D) 5/7.

**Questão 14**

Durante a digitalização dos arquivos físicos, o Crefito e numerou sequencialmente todos os pareceres técnicos emitidos em determinado ano, iniciando no número 1 e encerrando no número 542. Observe, por exemplo, que o número 122 utiliza três algarismos. Com base nessas informações, quantos algarismos foram utilizados, no total, para enumerar todos os pareceres de 1 até 542?

- A) 1.476.
- B) 1.518.
- C) 1.568.
- D) 1.602.

**Questão 15**

Durante uma reorganização interna no Crefito, cinco servidores – Helena, Marcos, Patrícia, Roberto e Simone – foram distribuídos em cinco gabinetes numerados de 1 a 5, posicionados em linha reta, da esquerda para a direita. Sabe-se que:

- Patrícia ocupa o gabinete 3;
- Marcos está em um gabinete imediatamente ao lado de Patrícia;
- Roberto está à esquerda de Simone; e
- O gabinete de Helena fica imediatamente à esquerda do de Roberto.

Se cada gabinete foi ocupado por apenas um único servidor, em qual gabinete se encontra Simone?

- A) 1.  
B) 2.  
C) 4.  
D) 5.

**INFORMÁTICA****Questão 16**

Durante a reorganização de documentos institucionais, um servidor utiliza o Explorador de Arquivos no *Windows 10 Pro*. Ele realiza as seguintes ações:

1. Arrasta um arquivo da unidade C: para outra pasta também localizada na unidade C;
2. Arrasta o mesmo arquivo da unidade C: para a unidade D;
3. Arrasta o arquivo mantendo a tecla *Ctrl* pressionada; e
4. Arrasta o arquivo mantendo a tecla *Shift* pressionada.

Considerando o comportamento padrão do *Windows 10 Pro* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil) ao utilizar a função de “arrastar e soltar” no Explorador de Arquivos, é correto afirmar que:

- A) O arraste entre pastas da mesma unidade realiza movimentação; o arraste para unidade diferente realiza cópia; a tecla *Ctrl* força cópia; a tecla *Shift* força movimentação.
- B) O arraste entre pastas da mesma unidade realiza cópia; o arraste para unidade diferente realiza movimentação; a tecla *Ctrl* força movimentação; a tecla *Shift* força cópia.
- C) O arraste entre pastas da mesma unidade cria atalho; o arraste para unidade diferente realiza cópia; a tecla *Ctrl* mantém comportamento automático; a tecla *Shift* cria duplicação controlada.
- D) O arraste entre pastas da mesma unidade realiza movimentação; o arraste para unidade diferente realiza cópia; a tecla *Ctrl* cria vínculo permanente; a tecla *Shift* converte o arquivo para formato do diretório de destino.

**Questão 17**

Considere a seguinte planilha no Excel 2019 (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil):

	A	B	C	D	E
1		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
2	% Reajuste	5%	6%	4%	8%
3	Valor Base	R\$ 1.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.000,00
4	Valor Final				

O objetivo é calcular, na linha 4, o valor final reajustado de cada mês, multiplicando o Valor Base (linha 3) pelo percentual correspondente da linha 2. A fórmula será inserida inicialmente na célula B4 e depois arrastada até a célula E4. Para que o preenchimento automático horizontal mantenha comportamento correto das referências ao ser arrastado para a direita, a fórmula adequada a ser inserida em B4 é:

- A) =B3+(B3\*B2)  
B) =B3+(B3/B2)  
C) =B3+(B3\*\$B\$2)  
D) =MULT(B3+(B3:\$B\$2))

**Questão 18**

Um boletim informativo institucional utiliza duas colunas apenas em parte do documento, mantendo o restante em coluna única, conforme apresentado na imagem:

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Duis hendrerit aliquet eleifend. Morbi non nibh urna. Morbi dignissim augue ut commodo consequat. Duis auctor tempus nisi nec vestibulum. Nullam leo erat, malesuada sed magna vel, viverra aliquam ipsum. Interdum et malesuada fames ac ante ipsum primis in faucibus. Mauris ultricies cursus orci. Aliquam eu malesuada ipsum. Morbi a nisi quis urna vehicula porta at non odio. Praesent fermentum tristique sem quis ullamcorper. Donec eget arcu convallis, dapibus turpis sed, consequat nisi. Morbi pellentesque neque eget erat sollicitudin, a porttitor nibh sollicitudin. Quisque eget felis orci.

Fusce rhoncus orci id ligula elementum, sed lobortis dolor placerat. Praesent quis tortor eros. Integer luctus non leo ac volutpat. Proin dapibus id neque et aliquam. Cras dignissim blandit malesuada. Proin ex ante, imperdiet non dolor vel, maximus tristique dui. Vestibulum posuere ex ut nulla vehicula condimentum. Vestibulum quis urna id purus convallis pellentesque. Nam aliquet quam est, non auctor velit pharetra quis. Ut nec tincidunt ex. Donec et pharetra dui.

Suspendisse potenti. Cras hendrerit, sem id vulputate vestibulum, lacus eros aliquet mi, eget malesuada tortor libero vitae turpis. Aenean nec ex eu tellus suscipit dictum. Etiam maximus mauris eget nulla tempor, a interdum ipsum auctor. Phasellus arcu eros, blandit tempor metus ut, porta placerat velit. Suspendisse in massa id nibh tempor aliquet at congue leo. Quisque at urna eget magna maximus mollis sit amet sit amet nulla. Interdum et malesuada fames ac ante ipsum primis in faucibus.

Sed rhoncus sapien vitae turpis molestie, ut egestas ex bibendum. Phasellus eget magna quis odio egestas commodo a non sapien. Curabitur convallis leo tristique magna ullamcorper, non gravida lorem posuere. Duis sit amet pulvinar libero, nec bibendum dolor. Mauris rutrum sem at suscipit pulvinar. Phasellus sed volutpat eros, a venenatis dui. Nulla id lacinia lorem. Nam ornare lobortis sapien, ut commodo libero rhoncus id. Phasellus iaculis egestas odio tincidunt sodales. Etiam vitae tristique tortor. Mauris a eleifend sem, hendrerit molestie ligula. Ut vestibulum sapien id nibh malesuada mollis. Vivamus blandit mattis sagittis. Cras vitae ante et mi scelerisque aliquet quis tristique arcu.

Considerando a utilização do *Microsoft Word* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), para aplicar colunas apenas em trechos específicos do texto, o procedimento adequado é:

- A) Inserir caixa de texto com configuração em colunas e posicioná-la sobre o conteúdo existente.
- B) Utilizar recurso de tabulação avançada para simular a distribuição do texto em múltiplas colunas.
- C) Selecionar o trecho desejado e aplicar formatação em colunas com uso de quebra de seção contínua.
- D) Aplicar formatação em colunas ao documento inteiro e ajustar manualmente o alinhamento dos parágrafos.

**Questão 19**

A secretaria do Crefito realizou uma pesquisa na *Internet* sobre golpes aplicados por meio de engenharia social. Para evitar resultados relacionados a filmes com o mesmo termo, a equipe decidiu utilizar recursos do mecanismo de busca para localizar a expressão exata – engenharia social – e excluir conteúdos relacionados a filmes. Considerando o uso adequado de operadores de pesquisa em mecanismos como o *Google*, a sintaxe mais apropriada para atender aos critérios definidos é:

- A) engenharia social -filme
- B) "engenharia social" -filme
- C) engenharia + social NOT filme
- D) engenharia E social NOT filme

**Questão 20**

Um administrador de rede utiliza a estratégia de *Backup 3-2-1* e realiza um ciclo semanal de cópias. Na segunda-feira, realiza um *backup completo (Full)*. De terça a sexta, realiza *backups* diferenciais. Considerando o cenário hipotético descrito, analise as afirmativas a seguir.

- I. Caso ocorra um desastre na quinta-feira à tarde, o administrador precisará de apenas duas fitas/arquivos para a restauração completa: o *backup* de segunda-feira (*Full*) e o *backup* de quinta-feira (diferencial).
- II. O *backup* diferencial de quarta-feira armazena apenas os arquivos que foram alterados desde o *backup* de terça-feira, tornando o processo de gravação mais rápido do que o *backup* incremental.
- III. A estratégia 3-2-1 implica manter três cópias dos dados, em dois tipos de mídias diferentes, sendo pelo menos uma cópia armazenada fora do local de origem (*offsite*).

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**CONHECIMENTOS DE DIREITO****Questão 21**

A Constituição Federal de 1988 consagra um amplo catálogo de direitos e garantias fundamentais, especialmente no art. 5º, assegurando direitos relacionados à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. Considerando a disciplina constitucional desses direitos, assinale a afirmativa correta.

- A) O direito à igualdade impede qualquer forma de tratamento jurídico diferenciado entre pessoas.
- B) O direito à vida possui caráter absoluto, não admitindo qualquer tipo de restrição constitucional.
- C) Os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal aplicam-se exclusivamente aos cidadãos brasileiros, não alcançando estrangeiros residentes no país.
- D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, possuem natureza equivalente à de emenda constitucional.

**Questão 22**

No âmbito da organização administrativa, a Administração Pública pode estruturar suas atividades mediante mecanismos de centralização, descentralização, concentração e desconcentração, além de atuar por meio de entidades integrantes da Administração indireta. Considerando essas categorias e, ainda, o regime jurídico das entidades administrativas, assinale a afirmativa correta.

- A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a Administração direta, possuindo personalidade jurídica de direito privado.
- B) A desconcentração administrativa consiste na transferência da titularidade e da execução de determinada atividade administrativa para outra pessoa jurídica.
- C) A descentralização administrativa ocorre quando há distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, mediante criação de órgãos administrativos.
- D) As autarquias integram a Administração indireta e são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei para o desempenho de atividades típicas da Administração Pública, insuscetíveis de desempenho sob regime de direito privado.

**Questão 23**

Determinado município contratou, diretamente, uma empresa para prestar consultoria tributária, com fundamento em inexigibilidade de licitação, alegando notória especialização. Em auditoria posterior, verificou-se que o processo não continha justificativa de preço nem razão da escolha do contratado, e que parte relevante do serviço foi executada por empresa subcontratada. Considerando Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a afirmativa correta.

- A) Eventual irregularidade gera responsabilidade apenas do agente público, não podendo o contratado responder solidariamente.
- B) A contratação é válida, pois a inexigibilidade para serviços técnicos especializados dispensa a formalização completa do processo administrativo.
- C) A contratação é válida, pois a Administração possui discricionariedade para dispensar documentos quando reconhecer a notória especialização do contratado.
- D) A contratação é irregular, pois nas contratações por inexigibilidade para serviços técnicos especializados é vedada a subcontratação de empresas ou profissionais distintos daqueles que justificaram a inexigibilidade.

**Questão 24**

Samuel, delegado titular da Delegacia de Entorpecentes, foi alvo de correição administrativa. Constatou-se que ele deixou diversos boletins de ocorrência sem andamento; manteve grande quantidade de drogas apreendidas armazenadas por anos sem incineração; não deu destinação adequada a armas e objetos apreendidos; e frequentava a academia durante o horário de expediente utilizando veículo oficial, agindo com negligência e desorganização funcional. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Samuel praticou:

- A) Peculato.
- B) Concussão.
- C) Fato atípico.
- D) Prevaricação.

**Questão 25**

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa (LIA) – Lei nº 8.429/1992, considerando as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as afirmativas a seguir.

- I. Para a configuração dos atos de improbidade administrativa previstos nos arts. 9º, 10 e 11 da LIA, exige-se a presença do elemento subjetivo dolo, não sendo admitida a modalidade culposa.
- II. A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa pela Lei nº 14.230/2021 não se aplica às condenações transitadas em julgado, em respeito à garantia da coisa julgada.
- III. São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na LIA.
- IV. O novo regime prescricional introduzido pela Lei nº 14.230/2021 possui natureza irretroativa, aplicando-se apenas a partir da publicação da nova lei.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III, IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA****Questão 26**

Lucas, fisioterapeuta, requereu e obteve o registro secundário no Crefito do estado do Paraná, mantendo seu registro principal no Crefito-5. No ano vindouro, Lucas surpreendeu-se com dois boletos de anuidade: um do Crefito de origem e outro da Regional do Paraná. Irrresignado, ele interpõe recurso administrativo alegando que houve um equívoco nas cobranças, a considerar a previsão regulamentar do COFFITO sobre o assunto. Conforme as regras constantes da Resolução COFFITO nº 433/2013, e, ainda, sobre os registros secundários e suas consequências, assinale a afirmativa correta.

- A) O fisioterapeuta poderá optar a qual dos Crefitos pagará a anuidade integral para o ano correspondente.
- B) Lucas estará integralmente isento da anuidade no Crefito do Paraná, pagando somente o custo de expedição da carteira; logo, havendo o provimento do recurso interposto.
- C) É lícita a cobrança de ambas as anuidades, e o valor regulamentar da anuidade do Crefito secundário corresponderá ao da anuidade cobrada pelo Conselho Regional de origem (Crefito-5).
- D) O recurso não deve prosperar, sendo devidas ambas as anuidades. A anuidade referente ao registro secundário corresponde a vinte e cinco por cento do valor da anuidade estabelecida para o Sistema.

**Questão 27**

Ricardo, fisioterapeuta recém-contratado por uma clínica multidisciplinar, decide investir na divulgação de seus serviços para aumentar o fluxo de pacientes. Ele elabora um material impresso em formato de “volante” (panfleto) para ser distribuído em semáforos próximos à clínica. O material contém: seu nome completo, número do Crefito, a especialidade em fisioterapia esportiva, o logotipo da clínica (desenho estilizado do corpo humano em movimento) e o contato de uma nutricionista parceira que atende no mesmo local, caracterizando um anúncio conjunto. Com base na Resolução COFFITO nº 08/1978, a conduta de Ricardo está:

- A) Incorreta, uma vez que é vedada a divulgação por meio de volantes, bem como a participação em anúncios mistos com profissionais de outras categorias.
- B) Incorreta apenas no que tange ao anúncio com a nutricionista, sendo permitida a distribuição de volantes, desde que o texto se limite aos dados de identificação profissional.
- C) Incorreta somente no que se refere ao uso do logotipo com desenho do corpo humano, dada a preocupação regimental expressa com o prestígio e conceito das profissões.
- D) Correta, pois não há vedação regulamentar quanto às condutas de Ricardo, ao qual está assegurada a divulgação de sua especialidade e parcerias clínicas, sob a condição de informar seu número de inscrição no Crefito.

**Questão 28**

Determinada terapeuta ocupacional, residente em Porto Alegre e inscrita no Crefito-5, é convidada a prestar serviços de consultoria técnica diária para uma ONG em Minas Gerais (circunscrição diversa), cujo contrato prevê duração contínua dos serviços por seis meses. Sabe-se que ela manterá sua clínica em Porto Alegre funcionando aos fins de semana. À luz da Resolução COFFITO nº 433/2013, a terapeuta ocupacional:

- A) Precisar transferir totalmente o seu registro para Minas Gerais, dada a vedação para atuar em mais de um Conselho Regional concomitantemente.
- B) Deverá requerer um registro secundário no Crefito de Minas Gerais para o exercício cumulativo da profissão, pois sua atividade na circunscrição mineira ultrapassa noventa dias.
- C) Terá exigido o registro secundário em caso de ser responsável técnica de clínica ou instituição congênere em Minas Gerais, sendo desnecessário o registro secundário para prestações de serviços ou consultorias.
- D) Terá o dever de comunicar sobre o serviço ao Crefito-5 por *e-mail*, ressaltando-se que a atuação por até doze meses em regiões diversas da original configura-se em exercício eventual e temporário, estando a profissional isenta de novo registro.

**Questão 29**

No contexto de respeito à dignidade da pessoa humana, considerando que a Resolução COFFITO nº 546/2021 estabeleceu premissas rigorosas para o uso do nome social no âmbito dos Crefitos e COFFITO, assinale a afirmativa correta.

- A) A emissão de novo cartão de identidade profissional com a inserção do nome social ensejará a cobrança de taxa de expedição, não havendo hipótese de isenção de emolumentos por resultar em renúncia de receita.
- B) O profissional poderá requerer o uso do nome social no momento da inscrição primária (primeiro registro). Os pedidos posteriores de alteração dependerão de decisão judicial que determine a mudança do registro em cartório.
- C) A possibilidade de uso do nome social é restrita aos profissionais inscritos, pois o planejamento logístico ainda não permite sua utilização nos registros funcionais e/ou documentos de trabalhadores terceirizados e dos usuários dos serviços ofertados pelos Crefitos.
- D) Em caso de divergência entre o nome social e o nome de registro civil, o prenome escolhido deverá vir acompanhado do registro civil em todos os atos para emissão de documentos externos; sendo obrigatória a inscrição “registrado(a) civilmente como”, de modo a identificar a relação civil.

**Questão 30**

A Lei nº 6.316/1975 estabelece a “espinha dorsal” normativa para o funcionamento do COFFITO e dos Crefitos. No que tange à referida Lei quanto à natureza jurídica e às atribuições dos Conselhos em questão, e, ainda, em respeito às regras da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) O mandato dos membros dos Conselhos Regionais é de cinco anos, permitida uma recondução pela Lei Federal nº 6.316/1975.
- B) Os Conselhos são órgãos da Administração Pública direta, dotados de personalidade jurídica de direito público, cabendo ao COFFITO julgar, originariamente, as infrações éticas profissionais.
- C) Compete aos Conselhos Regionais expedir a carteira de identidade profissional, assegurado o livre exercício das respectivas profissões em todo o território nacional somente ao portador do referido documento.
- D) Dentre outras fontes, a renda do Conselho Federal é constituída por trinta por cento da arrecadação de anuidades e taxas de cada Conselho Regional, exceto emolumentos e multas e cujos repasses são mensais.

**Questão 31**

Com a edição da Portaria COFFITO nº 333/2024, que regula os procedimentos para o registro de título de especialista profissional obtido por meio de pós-graduação de caráter *lato sensu* e apostilamento acadêmico, houve readequações procedimentais no Sistema COFFITO/Crefitos. Em relação aos termos da referida Portaria, assinale a afirmativa correta.

- A) O registro acadêmico de pós-graduação passa a ser realizado em larga escala pelos Crefitos, mediante pagamento de taxa federal para o COFFITO.
- B) Com a publicação e publicização da Portaria junto aos Crefitos, está assegurada ao COFFITO a realização do apostilamento de títulos de pós-graduação acadêmica *stricto sensu*.
- C) Ao Departamento de Registro, Especialidades e Títulos do COFFITO tornou-se obrigatória a rejeição de qualquer pedido de registro profissional, cuja competência foi transmitida para o Ministério da Educação.
- D) Para a análise e obtenção de registro pelo COFFITO nas hipóteses de profissionais que tenham concluído pós-graduação sob a égide antiga (antes de 2010), é obrigatório que o curso *lato sensu* tenha sido iniciado após a conclusão da graduação.

**Questão 32**

Sérgio, terapeuta ocupacional, cometeu uma infração ética grave em atividade profissional na circunscrição de seu registro secundário. Com respeito à ampla defesa, o processo tramitou e ele foi condenado administrativamente, com trânsito em julgado. Chegando o período de eleições para os cargos dos Conselhos Regionais, Sérgio alega que possui direito a voto, tanto no Crefito de origem quanto no secundário. Considerando a Resolução COFFITO nº 433/2013, assinale a afirmativa correta.

- A) Sérgio detém o direito a voto em ambos os Conselhos Regionais, assim previsto na Resolução, em respeito à universalidade tributária (anuidade dupla).
- B) Após o trânsito em julgado, a sanção se estende apenas ao Crefito em cuja área de abrangência ocorreu a respectiva infração ética, cabendo ao seu presidente comunicar o fato ao Crefito de origem.
- C) O Crefito competente para julgar a infração ética é o da área de seu cometimento. Quanto ao pleito eleitoral, o direito de Sérgio para votar e ser votado fica adstrito unicamente ao Crefito de origem.
- D) O processo administrativo tramita no Crefito de origem do profissional. Sobre o direito de voto, Sérgio poderá exercê-lo apenas no Crefito de origem, dada a sua condenação por infração ética cometida na área abrangida pelo Crefito de registro secundário.

**Questão 33**

Marcelo é fisioterapeuta e professor universitário com dedicação exclusiva, titular de disciplinas não relacionadas à profissão. Ele decide que não exercerá mais a fisioterapia, em nenhuma modalidade, por tempo indeterminado, desejando cessar o pagamento de anuidades. Em conformidade à Resolução COFFITO nº 08/1978, é correto afirmar que Marcelo:

- A) Apenas obterá, regimentalmente, a suspensão do pagamento de anuidades em caso de comprovação de acometimento por moléstia grave ou incurável.
- B) Deve requerer a baixa do registro mediante devolução dos documentos de identidade profissional, declarando a inatividade em documento que contenha sua data de início e motivos.
- C) Poderá pedir isenção de anuidade sem abdicar de seus documentos de identidade, pois sua condição de docente universitário é abrangida por convênio regimental entre o COFFITO e o Ministério da Educação, que permitirá a manutenção do registro ativo do profissional.
- D) Terá direito ao encerramento voluntário, solicitando a baixa do registro profissional mediante comprovação da inatividade por meio de certidão negativa de inscrição no ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) ou do encerramento do contrato de trabalho, anotado em CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social).

**Questão 34**

Gustavo, fisioterapeuta regularmente inscrito no Crefito de sua circunscrição, atua como responsável técnico em duas clínicas privadas de reabilitação. Recentemente, foi convidado para assumir a Responsabilidade Técnica da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no município onde reside e, também, de um Centro Esportivo de alto rendimento. A administração de uma das clínicas onde Gustavo já atuava, de forma unilateral e sem consultá-lo, decidiu reduzir o quadro de fisioterapeutas plantonistas visando redução de custos, mantendo o mesmo volume de pacientes atendidos. Diante das normas que regem a Responsabilidade Técnica no âmbito do Sistema COFFITO/Crefitos e, ainda, com base na Resolução COFFITO nº 37/1984 – Regulamento para registro de empresas nos Crefitos, assinale a afirmativa correta.

- A) Gustavo poderá aceitar ambos os convites, totalizando a responsabilidade técnica pelas quatro entidades, desde que comprove compatibilidade de horários perante o Crefito.
- B) Na hipótese de Gustavo sofrer um impedimento temporário para o exercício profissional por um período de quinze dias, sua responsabilidade técnica cessa automaticamente, devendo a empresa substituí-lo em quarenta e oito horas.
- C) Tomando conhecimento da redução do quadro de profissionais na clínica, Gustavo deverá denunciar o fato ao Crefito, sob pena de responder perante o Conselho pelo ato da administração da clínica que contrariou a Resolução em questão.
- D) Se Gustavo decidir transferir sua residência de forma definitiva para outro estado, a responsabilidade técnica que desempenha nas entidades permanecerá até a contratação de novo responsável técnico que o substitua, o que deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias.

**Questão 35**

**No que tange aos procedimentos de registro profissional e à validade dos atos administrativos de habilitação perante o Crefito e, ainda, à luz da Resolução COFFITO nº 468/2016 e dos princípios do Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta.**

- A) A anotação de transferência e da inscrição secundária no corpo do diploma original é requisito de validade para que o profissional possa exercer suas atividades em circunscrição diversa daquela onde realizou o registro inicial.
- B) O profissional que obtém o registro sem a apresentação imediata do diploma, fundamentado no protocolo da certidão de colação de grau, goza de isenção temporária da anuidade até a efetiva entrega do diploma, para a qual será fixado prazo.
- C) A outorga do registro profissional é ato vinculado, sendo obrigatória a sua concessão ao portador de certidão de conclusão de grau em fisioterapia ou terapia ocupacional, bastando que a instituição de ensino superior seja autorizada pelo Ministério da Educação.
- D) Em situações excepcionais de ausência de documento oficial, o Presidente do Conselho Regional possui competência discricionária para expedir autorização precária permitindo o exercício profissional. A autorização será baseada em juízo de probabilidade e legalidade, bem como estabelecerá prazo para regularização.

**CONHECIMENTOS DO EMPREGO****Questão 36**

**Após a incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro de um tratado internacional destinado à proteção de direitos humanos, regularmente aprovado pelo Congresso Nacional, promulgado pelo Poder Executivo, com sua devida publicação oficial e entrada em vigor, foi posteriormente editada lei federal que passou a disciplinar a mesma matéria de forma incompatível com o conteúdo do compromisso internacional assumido, internamente, pelo Estado brasileiro. Diante dessa antinomia normativa, discutiu-se quais providências poderiam ser adotadas pelos legitimados para afastar a aplicação da lei federal, posterior, em desconformidade com o tratado incorporado ao ordenamento jurídico nacional. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.**

- A) Em razão da hierarquia supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos, a lei federal posterior incompatível tem sua validade automaticamente afastada no ordenamento jurídico.
- B) Inexistindo previsão constitucional expressa para controle concentrado de convencionalidade, a análise da compatibilidade entre lei interna e tratado internacional limita-se ao controle difuso.
- C) Dependendo do procedimento constitucional adotado para a incorporação do tratado internacional, este poderá servir como parâmetro para o controle concentrado da constitucionalidade da lei interna incompatível.
- D) Todo tratado internacional de direitos humanos, uma vez incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, possui hierarquia constitucional, impedindo a produção de efeitos de lei infraconstitucional posterior em sentido contrário.

**Questão 37**

**Determinada norma da Constituição Federal, inserida no capítulo dos Direitos Sociais, estabelece que “lei complementar definirá os critérios para a concessão de auxílio-reabilitação aos trabalhadores que sofrerem lesões incapacitantes decorrentes de atividades de alto risco ocupacional”. Até a presente data, a lei complementar não foi editada. Nesse contexto, João, trabalhador que se enquadra na hipótese descrita, aciona o Poder Judiciário pleiteando o benefício. O Estado contesta a ação sob o argumento de que a norma constitucional em questão não produz efeitos jurídicos enquanto não houver a intervenção do legislador infraconstitucional. Considerando a classificação clássica das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade, sobre a natureza da norma descrita e a validade do argumento estatal, assinale a afirmativa correta.**

- A) A norma possui eficácia plena, uma vez que os direitos sociais são de aplicação imediata, tornando o argumento do Estado juridicamente nulo por violar o princípio da máxima efetividade.
- B) Trata-se de uma norma de eficácia contida, pois, embora apta a produzir efeitos desde a publicação, permite que o legislador posterior restrinja o alcance do direito ao definir os critérios de concessão.
- C) A norma possui eficácia exaurida e aplicabilidade diferida, o que significa que o direito de João está condicionado exclusivamente à conveniência e oportunidade do administrador público, inexistindo omissão inconstitucional.
- D) A norma é de eficácia limitada, possuindo aplicabilidade indireta e mediata, o que impede a fruição imediata do direito subjetivo, mas não retira dela a eficácia jurídica mínima de impedir legislações infraconstitucionais contrárias.

**Questão 38**

O Estado brasileiro é estruturado sob a forma federativa, sendo a República Federativa do Brasil composta por entes dotados de autonomia política, administrativa e normativa. Para viabilizar o exercício dessa autonomia, a Constituição Federal estabelece um sistema de repartição de competências, distribuindo atribuições materiais e legislativas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. À luz do texto constitucional vigente, é atribuição exercida de forma comum pelos entes federativos:

- A) Autorizar, nos casos definidos em lei complementar, a presença temporária de forças estrangeiras no território nacional.
- B) Promover o ordenamento territorial urbano mediante planejamento e controle do uso e da ocupação do solo nas cidades.
- C) Proteger bens de valor histórico, artístico e cultural, bem como monumentos, paisagens naturais relevantes e sítios arqueológicos.
- D) Administrar as reservas cambiais nacionais e fiscalizar operações financeiras relacionadas a crédito, câmbio, seguros e previdência privada.

**Questão 39**

Um dos objetivos do processo licitatório é obter a contratação mais vantajosa à Administração Pública. No entanto, a consideração sobre a vantajosidade depende do critério de julgamento selecionado pela Administração ainda na fase preparatória do certame. Considerando o exposto, acerca dos critérios de julgamento previstos na Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.
- II. O julgamento por maior retorno econômico considerará a maior economia para a Administração e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.
- III. O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, sendo vedada a extensão do desconto aos eventuais termos aditivos.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

**Questão 40**

Em relação à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. Há responsabilidade civil do Estado nas hipóteses em que a omissão de seu dever de fiscalizar for determinante para a concretização ou o agravamento de danos ambientais.
- II. A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.
- III. O Estado não responde civilmente por atos ilícitos praticados por foragidos do sistema penitenciário, salvo quando demonstrado onexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

**Questão 41**

Visando ampliar a atuação estatal no setor de pesquisa tecnológica, a União editou lei específica criando uma nova agência responsável por regular o setor de inovação tecnológica. Essa entidade é dotada de personalidade jurídica própria, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. A nova entidade passou a executar atividades técnicas especializadas, antes desempenhadas diretamente por um órgão do Poder Executivo federal. Tendo em vista a situação hipotética e os conceitos de organização administrativa, é correto afirmar que a União promoveu:

- A) Centralização administrativa.
- B) Concentração administrativa.
- C) Descentralização administrativa.
- D) Desconcentração administrativa.

**Questão 42**

O município de Pirapora do Sul concedeu autorização administrativa para que um comerciante utilizasse determinado espaço público para a instalação de uma banca de alimentos. Após algum tempo, constatou-se que o comerciante descumpriu reiteradamente as condições impostas no ato, especialmente quanto aos horários permitidos e às normas sanitárias. Diante dessa situação, a Administração decidiu retirar a autorização anteriormente concedida, em razão do comportamento do particular, sem alegar ilegalidade originária do ato nem razões de conveniência e oportunidade supervenientes. Tendo em vista a situação hipotética, a forma de extinção do ato administrativo ocorrida foi:

- A) Cassação.
- B) Anulação.
- C) Revogação.
- D) Convalidação.

**Questão 43**

Com a finalidade de afastar a constrição patrimonial oriunda de obrigações decorrentes de relação de emprego, Carlos promove a simulação de um negócio jurídico, aparentando transferir a propriedade de seu único bem imóvel para sua irmã, Luciana, mediante lavratura de escritura pública de compra e venda destituída de causa real. O título foi levado a registro no cartório imobiliário em 2019. Somente no ano de 2025 os credores tomaram ciência da operação e ingressaram em juízo buscando a invalidação do ato praticado. À luz do regime jurídico estabelecido pelo Código Civil de 2002, assinale a afirmativa correta.

- A) Embora nulo, o negócio jurídico somente pode ser desconstituído dentro do prazo prescricional geral de dez anos.
- B) A situação configura fraude contra credores, sendo indispensável o ajuizamento de ação pauliana no prazo prescricional de dois anos.
- C) O negócio jurídico é nulo, não produz efeitos jurídicos e não se sujeita a prazos prescricionais ou decadenciais, podendo a nulidade ser declarada a qualquer tempo.
- D) O negócio jurídico é anulável, submetendo-se ao prazo decadencial de quatro anos, contado do registro imobiliário, encontrando-se extinta a pretensão dos credores.

**Questão 44**

Marcos propôs demanda judicial em face de uma operadora de assistência médica, com o objetivo de compelir a ré a autorizar, de forma imediata, tratamento cirúrgico classificado como indispensável e urgente por profissional habilitado. Em razão da iminência de agravamento do seu quadro clínico, o autor postulou a concessão de tutela provisória de urgência de natureza antecipada. Ao examinar o requerimento, o magistrado reconheceu a existência de elementos que evidenciam a probabilidade do direito invocado, bem como o risco concreto de dano grave e de difícil reparação. Todavia, constatou que a providência pretendida poderia acarretar efeitos materialmente irreversíveis. Diante desse contexto fático-jurídico e à luz do ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) A concessão da tutela provisória de urgência antecipada é vedada sempre que houver risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão, ainda que presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano.
- B) A constatação da probabilidade do direito e do perigo de dano impõe ao juiz o dever de conceder a tutela provisória de urgência antecipada, sendo irrelevante a análise acerca da reversibilidade da medida.
- C) A irreversibilidade dos efeitos da decisão não constitui óbice à concessão da tutela provisória de urgência antecipada, sendo obrigatória a adoção de providências que garantam a reversão integral da situação fática no futuro.
- D) O magistrado pode deferir tutela de urgência para assegurar o atendimento médico em emergência, vedada a exigência de garantia que obste direito fundamental, aplicando-se a proporcionalidade com prevalência da proteção à vida e à saúde sobre eventual irreversibilidade financeira.

**Questão 45**

Durante o curso de uma ação de cobrança fundada em contrato de prestação de serviços, regularmente distribuída e já em fase instrutória, o autor falece, sendo o direito discutido plenamente transmissível aos seus sucessores, haja vista não se tratar de direito personalíssimo. O juiz é comunicado do óbito por petição juntada aos autos pela parte ré. O magistrado, ao analisar o caso, verifica que ainda não houve habilitação dos herdeiros nem manifestação do espólio, inexistindo inventário instaurado até aquele momento. Considerando o regime jurídico estabelecido no Código de Processo Civil de 2015 sobre a suspensão e a extinção do processo, assinale a afirmativa correta.

- A) O processo deverá ser suspenso apenas se houver abertura de inventário, sendo obrigatória a extinção do feito caso inexistir sucessão formalmente constituída nos autos.
- B) O processo deverá ser extinto sem resolução do mérito, diante da perda superveniente da capacidade processual do autor, cabendo aos herdeiros ajuizar nova demanda.
- C) O magistrado poderá extinguir o processo com resolução do mérito, desde que comprovada a transmissibilidade do direito material discutido e a ausência de prejuízo à parte ré.
- D) O juiz deverá suspender o processo, pelo prazo legal, a fim de viabilizar a regularização do polo ativo mediante habilitação do espólio ou dos sucessores, sendo vedada a extinção enquanto não esgotada essa providência.

**Questão 46**

No curso de um processo de competência originária de Tribunal de Justiça, foi proferida decisão monocrática pelo relator que negou seguimento a recurso, sob o fundamento de manifesta inadmissibilidade. A parte recorrente, entendendo que a decisão violou entendimento consolidado do próprio tribunal e que não houve análise colegiada da matéria, pretende impugnar o pronunciamento judicial de forma adequada, observando o sistema recursal previsto no Código de Processo Civil. Considerando o regime jurídico dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais, assinale a afirmativa correta.

- A) A decisão monocrática do relator possui natureza definitiva e irrecorrível, ressalvada apenas a hipótese de correção de erro material de ofício.
- B) A impugnação da decisão monocrática do relator deverá ocorrer mediante recurso especial ou extraordinário, por se tratar de decisão proferida em sede de tribunal.
- C) É cabível a interposição de agravo interno contra a decisão monocrática do relator, a ser julgado pelo órgão colegiado competente, observados os requisitos legais e regimentais.
- D) A decisão monocrática do relator que nega seguimento a recurso somente pode ser impugnada por meio de embargos de declaração, sendo vedada a interposição de recurso interno ao órgão colegiado.

**Questão 47**

João é registrado no Crefito-5 há mais de quinze anos, tendo sua residência em Porto Alegre. Ele tem exercido regularmente a sua profissão, porém, não pagou as últimas oito anuidades/contribuições – 2018-2025 – para o respectivo Conselho Profissional, mesmo recebendo as notificações de lançamento dos tributos e a inscrição em dívida ativa. Nos últimos dois anos – 2024-2025 – não exerceu a profissão de fisioterapeuta, pois estava dedicado à conclusão de pós-graduação *stricto sensu* na área. Em 2026, recebeu a citação para responder à execução fiscal relativa aos valores das anuidades não pagas e procurou o Crefito para esclarecimento. Maria, analista jurídica da autarquia, foi chamada para o esclarecimento de João, que questionou a cobrança referente ao valor das oito anuidades. Sobre a prescrição das anuidades cobradas, tendo-se em vista a Lei nº 12.514/2011, o Código Tributário Nacional (CTN) e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Maria poderá afirmar a João que:

- A) Nos termos do prazo prescricional de cinco anos, contido no CTN, só poderão ser cobradas as últimas cinco anuidades, 2021-2025, estando as três mais antigas, 2018-2020, prescritas.
- B) Em respeito a entendimento do STJ, à Lei 12.514/2011 e ao valor mínimo de contribuições devidas por inscrito necessárias para ingresso de executivo fiscal pelos conselhos profissionais dispostos neste normativo, não está prescrita nenhuma das anuidades cobradas.
- C) Observando-se o fato de João não ter exercido a profissão de fisioterapeuta nos últimos dois anos, mesmo não estando prescrita nenhuma das anuidades cobradas, atentando-se ao fato gerador da contribuição, deverão ser decotadas por não incidência as contribuições relativas ao período em que João não exerceu a profissão de fisioterapeuta nos anos 2024-2025.
- D) Nos termos do prazo prescricional de cinco anos, contido no CTN, bem como do fato de João não ter exercido a profissão de fisioterapeuta nos últimos dois anos, das últimas cinco anuidades passíveis de cobrança, 2021-2025, observado o fato gerador da contribuição, deverão ser decotadas por não incidência as contribuições relativas ao período em que João não exerceu a profissão de fisioterapeuta, nos anos 2024-2025, devendo ser cobradas somente as referentes aos exercícios 2021-2023.

**Questão 48**

Dois terapeutas ocupacionais exercem a mesma função, com igual produtividade e perfeição técnica, no mesmo estabelecimento. Considerando que a diferença salarial decorre de plano de cargos instituído unilateralmente pelo empregador, assinale a afirmativa correta.

- A) A equiparação é vedada após a reforma trabalhista.
- B) O quadro de carreira homologado afasta a equiparação.
- C) Qualquer plano de cargos afasta automaticamente a equiparação.
- D) A equiparação é devida, independentemente de quadro de carreira.

**Questão 49**

Em uma ação trabalhista, o reclamante pleiteia o pagamento de horas extras e adicional noturno. Durante a fase de instrução, a empresa apresenta cartões de ponto que indicam a regularidade da jornada de trabalho. O reclamante, por sua vez, alega que os cartões de ponto não refletem a realidade, pois eram pré-assinalados e não registravam corretamente as horas efetivamente trabalhadas. O juiz, ao analisar as provas, verifica que os cartões de ponto apresentados pela empresa são uniformes, sem variação de horários de entrada e saída. Diante da situação hipotética e da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a afirmativa correta.

- A) Os cartões de ponto uniformes, por si só, não invalidam a prova documental, cabendo ao reclamante comprovar a jornada extraordinária por outros meios.
- B) A uniformidade dos cartões de ponto é irrelevante, pois a prova da jornada de trabalho é sempre do empregador, independentemente da forma de registro.
- C) A apresentação de cartões de ponto uniformes inverte o ônus da prova para a empresa, que deverá comprovar a jornada de trabalho por outros meios de prova.
- D) A apresentação de cartões de ponto uniformes gera presunção relativa de veracidade da jornada neles registrada, invertendo-se o ônus da prova para o reclamante.

**Questão 50**

Sobre o *jus postulandi* no processo do trabalho, segundo o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a afirmativa correta.

- A) É vedado apenas na fase de execução.
- B) Foi integralmente revogado pela reforma trabalhista.
- C) É admitido em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.
- D) É restrito às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho.

**ATENÇÃO**

**NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.**  
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



